

**OLGA ESTRELA MAGALHÃES, FELISBELA LOPES
& ALTAMIRO COSTA-PEREIRA**

olgamagalhaes@cintesis.eu; felisbela@ics.uminho.pt; altamiro@med.up.pt

**CINTESIS, UNIVERSIDADE DO PORTO/ CECS, UNIVERSIDADE DO MINHO /
CINTESIS, MEDCIDS, FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DO PORTO**

QUAL O PAPEL DO JORNALISMO NA LITERACIA DA SAÚDE? – ESTADO DA ARTE

RESUMO

Qual o papel do jornalismo na literacia da saúde? Será que os jornalistas devem desempenhar um papel ativo não só como informadores mas também como formadores no âmbito da saúde? Ou devem tratar este tópico à luz da sua habitual *praxis* profissional, escamoteando objetivos educativos em benefício de valores como a atualidade ou a isenção? O jornalista deve assumir-se como promotor de literacia ou remeter-se ao seu papel de repórter?

A Organização Mundial de Saúde define a literacia da saúde como as “competências cognitivas que definem a capacidade e motivação dos indivíduos para acederem, compreenderem e usarem informação de forma a promoverem e manterem uma boa Saúde”. De facto, sabemos que a saúde ocupa um lugar central entre as preocupações da sociedade. Numa época em que a esperança média de vida atinge valores recordes nos países ocidentais, e em que as expectativas face à capacidade da ciência dar resposta aos problemas são elevadíssimas, obter informações sobre Saúde tornou-se essencial para uma parte substancial da população que segue atentamente estes conteúdos noticiosos, ávida de conhecer as mais avançadas estratégias terapêuticas.

Os média vão dando resposta a esta ânsia social, concedendo espaço editorial aos assuntos sobre Saúde e, conseqüentemente, tornaram-se num dos principais veículos de informação sobre este tema para a população. Contudo, o jornalismo possui não só a capacidade de informar mas também de influenciar as atitudes dos seus públicos, pelo que importa perceber que papel deve desempenhar no âmbito da literacia da saúde.

Neste trabalho, através de uma revisão da literatura, pretendemos fazer o levantamento das principais visões sobre a postura que os jornalistas devem adotar quando comunicam saúde, debater os argumentos apresentados e sumarizar esse conhecimento, avançando com respostas para as questões acima levantadas.

PALAVRAS-CHAVE

Média; jornalismo da saúde, literacia da saúde, revisão da literatura

INTRODUÇÃO

Há muito que os direitos e os deveres dos órgãos de comunicação social (em geral) e dos jornalistas (em particular) são alvo de acesas discussões por parte da sociedade, da comunidade científica e da própria classe profissional jornalística. No campo dos deveres, o debate em torno da missão de educador, que alguns setores defendem como adjacente ao Jornalismo e outros remetem para outros planos, destaca-se como área de controvérsia e chama ao debate um novo conceito – literacia.

No campo da saúde, o conceito de literacia foi definido pela primeira vez por Scott Simonds, em 1974, que a descreve como o “nível mínimo de educação em saúde que abrange todos os níveis escolares” (citado em Ratzan, 2001, p. 210). Mas o conceito evoluiu desde então. Ratzan e Parker (2000) descrevem o conceito de literacia de saúde como “o grau em que os indivíduos têm a capacidade de obter, processar e compreender informações e serviços básicos de saúde necessários para tomar decisões de saúde apropriadas” (citado em Nielsen-Bohlman, Panzer & Kindig, 2004). Já Organização Mundial de Saúde entende a literacia da saúde como as “competências cognitivas que definem a capacidade e motivação dos indivíduos para acederem, compreenderem e usarem informação de forma a promoverem e manterem uma boa Saúde” (World Health Organization, 1998). Há, portanto, um aspeto que parece ser consensual: a capacidade de agir sobre a informação é requisito de uma literacia de saúde efetiva (Hin-nant & Len-Ríós, 2009).

Embora se tenha constituído há cerca de três décadas nos EUA como disciplina, a Comunicação de Saúde é ainda um campo de investigação emergente no velho continente. Trata-se de um campo especial, na medida em que cruza as Ciências da Comunicação com as Ciências da Saúde – duas áreas com profundas diferenças. É também um campo científico muito amplo, que agrega a literacia da saúde, o *marketing* social, a comunicação de risco e, claro está, o jornalismo da saúde (Azevedo, 2012; Ruão, Lopes & Marinho, 2012).

Dentro da Comunicação, o jornalismo ocupa um lugar de enorme relevância. É através dele que a sociedade vê e interpreta o mundo. Não que os média e o jornalismo sejam um espelho da realidade. São antes uma espécie de lente com características muito particulares, que proporciona uma visão limitada, fragmentada e reconstruída da realidade, mas que, ainda assim, constitui o principal ponto de ligação entre os indivíduos e as estruturas sociais.

Conquanto o jornalismo da saúde não viva tempos áureos em termos do número de jornalistas que se dedicam a estas áreas (são poucos os

jornalistas portugueses que se podem intitular jornalistas especializados em saúde!), vários estudos dão conta de que os conteúdos noticiosos sobre saúde são dos mais valorizados pelos consumidores de média (Araújo & Lopes, 2014; Wallington, Blake, Taylor-Clark & Viswanath, 2010). Ora, esta predisposição dos cidadãos para acolherem os conteúdos de saúde é facilmente compreensível, se atendermos a que a saúde é um valor social por si mesma na sociedade pós-moderna, altamente biomedicalizada (Clarke et al., 2003).

OBJETIVOS, METODOLOGIA E CONCEITOS

Este trabalho tem como objetivo encontrar consensos relativamente aos fatores que influenciam a relação entre o jornalismo da saúde e a literacia da saúde e dar resposta às seguintes questões: (i) qual é o papel do jornalismo na literacia da saúde?; (ii) o jornalista pode/deve assumir um papel ativo na prossecução do aumento da literacia da saúde da sociedade?

Foram realizadas pesquisas nas seguintes bases de dados: Biblioteca do Conhecimento Online B-on, SAGE, ScienceDirect, Springer e Taylor & Francis Online. Procuramos os mais relevantes artigos publicados nos últimos dez anos (entre 2007 e 2017) que apresentassem entre as suas palavras-chave os termos “jornalismo”, “saúde” e “literacia”, de forma cumulativa. Posteriormente, foram selecionados os trabalhos cujos títulos mostraram ter uma relação direta com o nosso objeto de estudo. De referir que alguns dos trabalhos devolvidos pelas pesquisas não apresentavam as três expressões que definimos como relevantes. Desse grupo de trabalhos, selecionamos os que, apesar da omissão de um dos termos e depois da leitura do resumo, mostraram estar diretamente associados ao tema desta revisão.

Neste estudo, adotamos uma definição holística de “jornalista de saúde”, entendendo-o como “repórter, escritor ou editor que cobre notícias médicas e questões de saúde pública e pessoal” (Hinnant & Len-Ríos, 2009, p.86).

RESULTADOS

Foram selecionados para revisão nove artigos científicos. Um dos artigos é da autoria de uma investigadora portuguesa. Os restantes oito artigos são desenvolvidos por autores de países anglo-saxónicos, facto que

consideramos expectável, atendendo a que estes países possuem maior tradição na área do jornalismo da saúde, por comparação com os países da Europa continental, por exemplo.

LISTA DE ARTIGOS SELECIONADOS PARA REVISÃO		
Autores	Ano	Publicação
Amend, E. & Secko, D. M.	2012	<i>Science Communication</i>
Azevedo, A. P.	2012	<i>Comunicação e Sociedade</i>
Friedman, D. B.; Tanner, A. & Rose, I. D.	2014	<i>Journal of Community Health</i>
Furlan, P.	2016	<i>Asia Pacific Media Educator</i>
Hinnant, A. & Len-Ríos, M. E.	2009	<i>Science Communication</i>
Hinnant, A.; Jenkins, J. & Subramanian, R.	2015	<i>Journalism Practice</i>
Hinnant, A.; Len-Ríos, M. E. & Oh, H. J.	2012	<i>Health Communication</i>
Hodgetts, D.; Chamberlain, K.; Scammell, M. & Karapu, R.	2007	<i>Health</i>
Tanner, A. H.; Friedman, D. B. & Zheng Yue.	2015	<i>Journal of Broadcasting & Electronic Media</i>

Tabela 1: Lista de artigos selecionados e revistas

COMO É A COBERTURA NOTICIOSA SOBRE SAÚDE?

São múltiplos os trabalhos que nos dão conta da existência de uma cobertura jornalística na área da saúde imprecisa, sensacionalista e incapaz de envolver os públicos nos debates públicos (Amend & Secko, 2012).

Para os jornalistas, a inclusão de elementos de controvérsia ou de interesse humano é considerada necessária para fazerem “boas estórias”. Acresce que, na busca de enquadramentos que confirmam aos conteúdos maior interesse junto da audiência, os jornalistas optam por enfatizar o que é que as pessoas podem fazer no sentido de se responsabilizarem pela sua saúde, melhorando-a.

Mas estas abordagens são frequentemente alvo de duras críticas, dizem-nos Amend e Secko (2012). As críticas prendem-se sobretudo com o facto de os jornalistas da saúde admitirem produzir conteúdos noticiosos sobre saúde tendo em mente as características e necessidades das suas audiências. Patrizia Furlan (2016), por exemplo, associa a atenção às características do público como um simples atributo útil ao negócio de comercialização de notícias. A autora da University of South Australia lembra

que o Jornalismo, por mais bem-intencionado que seja, é um negócio. Se as histórias não forem interessantes, não são vendidas nem lidas. E sem leitores os jornais e os jornalistas não subsistem (Furlan, 2016).

Outra das características associadas à cobertura mediática de saúde, nestes trabalhos, é a de que esta é essencialmente despolitizada e assente no paradigma da Biomedicina. “Os jornalistas privilegiam histórias na área da Biomedicina que envolvam estilos de vida e responsabilidade individual, e têm quadros limitados para a apresentação de notícias que envolvem preocupações sociopolíticas”, dizem-nos Hodgetts, Chamberlain, Scammell, Karapu e Waimarie Nikora (2007). De facto, este jornalismo da saúde assente na responsabilidade individual e fraco na problematização política dos temas de saúde poderá ser mais evidente nos EUA, país de origem deste estudo, do que nos países europeus, incluindo Portugal. A existência de um Sistema Nacional de Saúde assegura por si só que uma fatia importante (cerca de um terço) da cobertura da saúde pelos média se relaciona com políticas (Araújo & Lopes, 2014; Lopes & Fernandes, 2012; Magalhães, 2012; Silva, 2009).

Em suma, a cobertura noticiosa sobre saúde tem sido fortemente criticada pela comunidade académica e científica. Se as fontes e os investigadores provenientes das áreas das Ciências Biomédicas criticam as notícias de saúde por serem “imprecisas e sensacionalistas”, muitos “puristas” do jornalismo informativo apontam o dedo a um jornalismo da saúde a) que escreve para as audiências, b) que assume uma postura explicativa e c) que, por vezes, chega a “defender uma causa”, numa vertente de *advocacy* teoricamente vedada a outras áreas do jornalismo (McQuail, 2003, citado em Azevedo, 2012).

QUE RELAÇÃO ENTRE LITERACIA DA SAÚDE E FORMAÇÃO DOS JORNALISTAS?

Apesar de muitos jornalistas defenderem ser necessário dar formação específica aos jornalistas de saúde, uma parte significativa destes profissionais considera que a formação em jornalismo se afigura suficiente, desde que aliada a um aguçado sentido crítico. Além disso, mesmo entre os que defendem a existência de formação médico-científica específica, não existe consenso sobre os contornos que essa formação deverá tomar, nomeadamente a duração (Furlan, 2016).

No âmbito do seu trabalho, Patrícia Furlan inquiriu cerca de 40 jornalistas e assessores de imprensa australianos. Os resultados revelaram que

um terço dos entrevistados detinha formação em Medicina, Saúde Pública ou Nutrição, enquanto metade possuía formação em Jornalismo ou Média. Cerca de 65% dos inquiridos concordavam que os jornalistas de saúde sem formação base em Ciência/Medicina beneficiariam de formação específica (Furlan, 2016).

De acordo com os resultados, a formação específica em jornalismo de saúde é vista como tendo o benefício de ajudar os jornalistas, especialmente os menos experientes:

a navegarem pelos complexos estudos científicos publicados, a compreendê-los e a fazerem as perguntas *certas* em nome do público, como o tamanho do estudo, quem o financia, as fases dos ensaios clínicos, benefícios, danos e efeitos colaterais de novos medicamentos e procedimentos, e os conflitos de interesse do investigador/médico/especialista envolvido. (Furlan, 2016, p. 185)

Ana Paula Azevedo corrobora esta posição, defendendo que:

não é possível, nos dias que correm, ter acesso às principais fontes de informação em saúde, às leis, eventos e estudos neste âmbito, se o jornalista responsável por cobrir esta temática não for capaz de aceder aos conteúdos digitais e distinguir aquilo que é de interesse público daquilo que, pelo contrário, apenas satisfaz os interesses da grande indústria dos cuidados de saúde (...) e das próprias organizações mediáticas. (Azevedo, 2012, p. 193)

No entanto, há profissionais que defendem que “demasiada formação cria um jornalista com um curso em medicina que não consegue discernir quando pode estar a escrever acima da capacidade de compreensão da sua audiência” (Furlan, 2016, p. 180).

Apesar de os jornalistas de saúde serem criticados por alguns setores pela sua falta de formação médica formal, importa reter que “eles definem padrões elevados para seu trabalho e visam apresentar conteúdo que adequadamente capture as *nuanças* e a complexidade do campo da saúde” (Hinnant, Jenkins & Subramanian, 2015, p. 14). “Coloca-se, neste sentido, a necessidade de treinar os jornalistas para que atuem de forma crítica e responsável”, sumaria Ana Paula Azevedo (2012, p. 195). Até porque é consensual para os jornalistas que a saúde é uma área difícil, de elevada responsabilidade e que pode demorar anos a dominar (Furlan, 2016).

QUE IMPACTO TEM O TRABALHO DOS JORNALISTAS SOBRE A LITERACIA DE SAÚDE DO PÚBLICO?

É extensa a lista de autores que consideram que o jornalismo de saúde é um veículo primário para a aprendizagem sobre saúde para a população (Hinnant & Len-Ríos, 2009).

Hinnant et al. (2015) fazem referência a um estudo de Forsyth et al. (2012) que revela que os jornalistas pensam que têm a capacidade de melhorar a literacia de saúde das audiências e aumentar a saúde pública de modo geral enquanto se mantêm fiéis aos valores jornalísticos, tais como a precisão, o equilíbrio e a independência. No entanto, os jornalistas não se sentem responsáveis pela forma como o público responde à cobertura da saúde (Hinnant et al., 2015). A maioria dos jornalistas (51,7%) parece crer que os leitores usam a informação “simplesmente entenderem melhor os temas de saúde” (Hinnant & Len-Ríos, 2009, p. 99). Apenas 6,4% admitem que os leitores possam alterar os seus comportamentos no seguimento das informações veiculadas nas notícias (Hinnant & Len-Ríos, 2009). Existe, portanto, um contrassenso curioso: se, por um lado, os jornalistas percebem o impacto que o seu trabalho poderá ter, por outro lado parecem não conviver bem com a responsabilidade acrescida que esse facto representa.

As mesmas autoras sublinham ainda que uma única notícia de saúde poderá não ser capaz de influenciar a opinião pública. Mas o conjunto da cobertura noticiosa sobre um determinado tópico “pode mudar e muda as opiniões e os comportamentos dos membros individuais das audiências, dos decisores políticos e dos clínicos” (Hinnant et al., 2015, p. 12).

Hinnant e Len-Ríos (2009) exploram a forma como os jornalistas abordam a literacia da saúde, quer na prática, quer de forma concetual. As autoras entrevistaram “20 escritores e editores de revistas e jornais em associação a um inquérito nacional” (2009, p. 84). Os resultados mostram que “os jornalistas lutam para manter a credibilidade científica, ao mesmo tempo que acomodam os diferentes níveis de literacia da audiência”, o que se revela um exercício difícil (Hinnant & Len-Ríos, 2009, p. 84). As especialistas em Comunicação de Saúde lembram que se desconhece a influência que o jornalismo da saúde tem sobre a literacia do público. No entanto, referindo um trabalho de Logan (1991), identificam três pontos de consenso sobre este tema:

o primeiro é que a imprensa serve para traduzir a informação médica em linguagem corrente. O segundo é que este papel de mediador leva a que imprensa tenha uma responsabilidade pela qualidade da informação médica e,

extensivamente, pelo nível de literacia de saúde do público. O terceiro ponto é que qualquer melhoria na cobertura da saúde reflete o facto de que os jornalistas aceitam o seu papel na melhoria da qualidade de vida. (Hinnant & Len-Ríos, 2009, p. 85)

Restam poucas dúvidas sobre a importância dos média na transmissão de informação sobre saúde às populações, quer pela sua capacidade de alcance, quer pelo seu carácter democrático. Isto é, os média tradicionais são ainda a melhor forma de chegar aos públicos menos instruídos que, de outra forma, teriam poucas oportunidades de contactar com informação sobre saúde. Assim, “os *media* são designados como parceiros estratégicos tanto para melhorar a literacia de saúde como para aumentar os resultados na educação para a saúde” (Azevedo, 2012, p. 188).

CONFLITO DE CULTURAS PROFISSIONAIS E MISSÃO DEMOCRÁTICA DO JORNALISMO

Hinnant, Len-Ríos e Oh (2012) lembram que níveis de literacia da saúde variam muito entre grupos populacionais. Isto significa que meios de comunicação social diferentes, com públicos distintos, poderão assumir posturas e abordagens muito distintas.

Há autores, como MacDonald (2005), que defendem que as notícias sobre saúde publicadas pela imprensa generalista deveriam ser mais parecidas com os artigos científico (citado em Hinnant & Len-Ríos, 2009). Certamente que os cientistas e os profissionais de saúde, genericamente, aprovariam esta opção. No entanto, esta solução implicaria que o público em geral conseguisse entender os métodos e as limitações dos estudos científicos. A única forma de termos o jornalismo de saúde ideal (do ponto de vista dos cientistas das Ciências Biomédicas) seria através de um aumento muito substancial dos níveis de vários tipos de literacia – nomeadamente da literacia matemática – dos públicos e audiências (Hinnant & Len-Ríos, 2009). Dito isto, percebe-se que a falta de literacia da saúde (existindo) não é passível de ser solucionada com uma aproximação da redação jornalística às regras de publicação científica em Biomedicina, porque faltam bases de literacia matemática e científica aos leitores.

Há ainda quem advogue que as notícias que se deveriam assemelhar com os materiais oficiais de educação para a saúde, destinados a públicos com baixa literacia. Ora, o jornalismo não produz, nem pode produzir, notícias similares aos materiais referidos. O seu âmbito é outro, distinto da

comunicação clínica baseada na relação médico-paciente (Hinnant & Len-Ríos, 2009).

No âmbito desta problemática, as investigadoras norte-americanas levantam uma questão da maior pertinência:

que características das informações de saúde são *do melhor interesse* da democracia, especialmente tendo em conta o que sabemos sobre a literacia em saúde? É mais democrático fornecer informações de saúde complexas que poucas pessoas entendem, mas que tornarão essas poucas pessoas mais aptas a tomarem decisões? Ou é mais democrático passar informações simplificadas que mais pessoas poderão entender, mas que sem dúvida deixam de fora tantos detalhes que podem levar a que as notícias não sejam suficientemente informativas para que as pessoas avaliem a informação? (Hinnant & Len-Ríos, 2009, p. 92)

Do ponto de vista da Comunicação, tem-se defendido que o papel central do jornalismo “é dotar as pessoas de *empowerment* para que possam agir como plenos cidadãos” (Azevedo, 2012, p. 191). Neste seguimento, será mais interessante capacitar os cidadãos com informação perceptível que os possa preparar para a tomada de decisões sobre a sua própria saúde do que veicular informação acima do nível de literacia do público.

QUE PAPÉIS ASSUMEM OS JORNALISTAS DA SAÚDE?

Os jornalistas da saúde e da ciência, assim como os seus públicos e críticos, podem ver o papel dos jornalistas como o de informador, o de educador ou o de “defensor de causas” (entre outros), sendo que estas diferentes perspetivas têm implicações normativas distintas para a prática do jornalismo, que permanecem indefinidas (Amend & Secko, 2012).

No trabalho intitulado “In the Face of Critique: A Metasynthesis of the Experiences of Journalists Covering Health and Science”, os autores canadianos defendem que, embora apenas tenha sido abordado especificamente em três estudos, o “papel percebido do jornalista é fortemente identificado como sendo o de fornecedor de informação e não o de educador, com os jornalistas a definirem o seu papel como unicamente responsável pelo conteúdo e enquadramento do seu trabalho” (Amend & Secko, 2012, p. 272). A análise destes autores indica que são os valores jornalísticos que ditam a cobertura mediática da saúde (Amend & Secko, 2012). Embora confiando em larga medida nos cientistas, os jornalistas mantêm um certo ceticismo, amparado pela noção que possuem de que a comunidade

científica é difícil e tenta, frequentemente, atrair as atenções sobre si ou impor as suas próprias agendas. “Eles (os jornalistas) veem-se como disseminadores de informação, cujo trabalho é informar o público sobre histórias importantes sobre saúde e ciência, e não educar o público e aumentar a literacia científica” (Amend & Secko, 2012, p. 264).

Num trabalho publicado em 2015 na revista científica *Journalism Practice*, Hinnant, Jenkins e Subramanian corroboram que o papel assumido pelos jornalistas pode e condiciona a forma como o jornalismo é exercido. Os jornalistas mais neutrais assumem os valores clássicos da objetividade, da distância e da observação como fundamentais. Mas há jornalistas que adotam um papel participativo, dando espaço à subjetividade, à defesa de causas públicas e a uma postura de “cão de guarda” que também interessa ao jornalismo democrático (Hinnant et al., 2015). “Os jornalistas percebem o papel interpretativo como o papel de maior importância. Este papel foca-se em fornecer análise e interpretação de problemas complexos” (Weaver et al., 2007, citado em Hinnant et al., 2015, p. 2). Cumulativamente, os jornalistas também se veem como tradutores e intérpretes, ao serviço dos seus leitores (Hinnant et al., 2015).

A concetualização dos papéis adotados pelos jornalistas generalistas não são os mesmos dos assumidos pelos jornalistas especializados em saúde. Hinnant et al. (2015) realizaram entrevistas a 17 jornalistas de saúde e dividiram-nos em quatro categorias de acordo com o papel que esses profissionais assumiam – disseminador, interpretativo, adversativo e facilitador. “Os respondentes concetualizaram o papel do jornalista como indo do simples distribuidor de informação até ao fomentador de um mundo melhor, através da promoção de soluções concretas, acessíveis e responsáveis” (Hinnant et al., 2015, p. 10). As autoras afirmam ter-se deparado com a existência de uma linha retórica desenhada entre o papel de informador e o de educador. “O jornalista pode considerar como as audiências vão responder à informação, mas, em última instância, a ênfase jornalística nos valores-notícia sobrepõe-se” (Hinnant et al., 2015, p. 8).

Noutro trabalho, Hinnant, Jenkins e Subramanian não só observam que “os jornalistas se enquadram nas conceções de papel estabelecidas e se identificam mais diretamente com os papéis interpretativo e facilitador”, como também destacam “os conflitos que os jornalistas podem enfrentar para reconciliar os seus desempenhos de papéis ideais e normativos” (Hinnant et al., 2015, p. 14). É possível que essa dissonância continue com o aumento da pressão sobre os jornalistas para produzirem mais conteúdos para múltiplas plataformas (exigindo mais trabalho de divulgação).

Neste estudo norte-americano, as entrevistas realizadas junto de jornalistas e editores revelou que alguns defendem de forma clara que o jornalista da saúde tem como papel promover ativamente a literacia da saúde (Hinnant & Len-Ríos, 2009). O estudo revelou ainda que os jornalistas consideram muito importante ter em linha de conta o nível educacional das pessoas para quem escrevem/produzem conteúdos noticiosos (Hinnant & Len-Ríos, 2009). Numa escala de um a sete, 80% dos jornalistas valorizou esta questão com notas iguais ou superiores a cinco (Hinnant & Len-Ríos, 2009).

De sublinhar, no entanto, que o papel de disseminador ganha força num ponto em particular: é que os jornalistas não aceitam que se escamoteie informação pública relevante, mesmo que suspeitem que a cobertura noticiosa possa espoletar comportamentos negativos em algumas pessoas. Ou seja, “a responsabilidade profissional de disseminar as notícias junto do público é discursivamente associada ao afastamento relativamente à responsabilidade sobre os indivíduos” (Hinnant et al., 2015, p. 12).

Em suma, os jornalistas parecem identificar-se mais com as suas missões interpretativas e instam pelo trabalho aprofundado, contextualizado e equilibrada sobre saúde. Mas não deixarão de disseminar informação jornalisticamente relevante numa demonstração de paternalismo para com o público.

DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

O jornalismo não obedece a um modelo fixo de prática profissional. Por muito que esse facto dificulte o trabalho de profissionais e de investigadores, o jornalismo é uma área líquida, moldável por contextos socioculturais e influenciável por coordenadas espaciotemporais. Dentro deste enquadramento, entendemos o jornalismo de saúde como uma área especial, pelo que as conclusões resultantes dos estudos gerais de média podem não se adequar às particularidades desta área informativa.

À luz da análise dos estudos revistos neste trabalho, percebemos que, embora exista uma visão crítica face à cobertura noticiosa da saúde, é urgente mudar o foco da investigação sobre esta área. Ao invés de apontar ao jornalismo, repetidamente, a sua natureza “cientificamente deficiente”, há que perceber que fragilidades apresenta a cobertura noticiosa em termos cívicos (Hodgetts et al., 2007). Ao invés de enumerar, *ad eternum*, as limitações do jornalismo da saúde que decorrem, tantas vezes, das diferenças de linguagem que distanciam este campo do campo da Medicina e das Ciências Biomédicas, importa fomentar a colaboração entre os dois

campos, tendo como objetivo final o benefício do consumidor de média, que é, em última análise, o cidadão. O jornalismo da saúde não vai melhorar, independente da perspectiva que se adote, se não houver uma maior e mais proveitosa cooperação entre as fontes, os produtores das notícias e as comunidades académica e científica (da Comunicação, da Literacia, da Saúde, entre outras).

A literacia da saúde é um conceito desconhecido de uma parte da classe jornalística. Importa reverter esta realidade, atendendo a que um jornalista mais consciente da complexidade do meio envolvente está em melhor posição para tomar decisões editoriais adequadas e prestar um serviço melhor à sociedade. Quanto à formação que estes jornalistas devem possuir, existe consenso relativamente à necessidade de treino, ganho de experiência e desenvolvimento da capacidade crítica dos jornalistas que trabalham saúde, dotando-os de conhecimentos sobre o *modus operandi* por detrás das políticas da saúde, da medicina e das indústrias que as alimentam ou que se alimentam delas. Mas a formação, se formal, não deve afastar o jornalista das suas audiências.

O objetivo principal deste trabalho foi dar resposta às seguintes questões: (i) qual é o papel do jornalismo na literacia da saúde?; (ii) o jornalista pode/deve assumir um papel ativo na prossecução do aumento da literacia da saúde da sociedade?.

Em resposta à primeira questão, a revisão da literatura aqui desenvolvida permite-nos dizer que é consensual que o jornalismo detém um importante papel no desenvolvimento da literacia da saúde da população, (Hinnant & Len-Ríos, 2009). Sabemos que é através dos média que a maioria da população acede à informação noticiosa sobre variados tópicos, incluindo saúde. Sabemos também que o interesse por estes temas é sólido, apesar da crise que afeta o jornalismo em geral.

Atualmente o jornalismo de saúde tem contribuído de um modo muito mais frequente para manter na agenda pública temas relacionados com a saúde pública e individual, alertar para determinados tipos de risco e de comportamento e reforçar processos de mudança. Assim, é de sublinhar que o jornalismo de saúde, através do agendamento, cumpre a importante tarefa de manter os temas das campanhas de saúde visíveis. Além disso, é por meio das notícias que a opinião pública é formada e, depois, incorporada na sociedade. (Azevedo, 2012, p. 189)

Para respondermos à segunda questão, parece-nos relevante esclarecer que os papéis do jornalismo e dos jornalistas não são estanques.

Diferentes papéis ocupam posições distintas numa matriz sobre a qual o jornalista se posiciona, influenciado por fatores tão variados quanto a linha editorial do órgão de comunicação para o qual trabalha, a *praxis* profissional da redação onde está integrado e a sua própria visão do que deve ser o jornalismo e o seu papel enquanto jornalista.

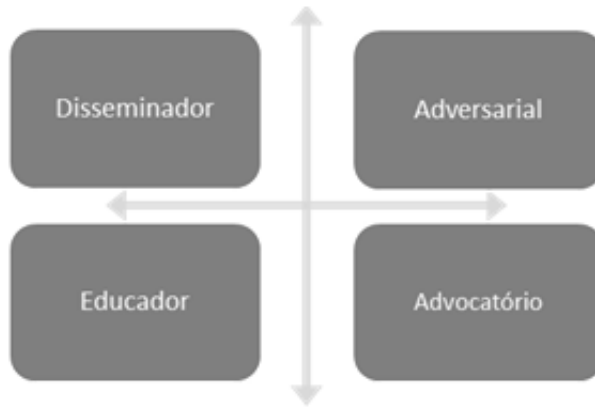


Figura 1: Matriz dos papéis assumidos pelo jornalista, baseada nos estudos de Amend & Secko (2012) e Hinnant et al. (2015)

Olhando para a Figura 1, percebemos que os papéis tradicionalmente associados ao Jornalismo (assentes numa abordagem disseminadora e adversarial, que tão bem encaixam, por exemplo, na natureza da cobertura noticiosa sobre política, coexistem com os papéis educador e advocatório, que permitem que o jornalismo de saúde assuma uma posição socialmente mais relevante e enriquecedora.

Defendemos que não podemos tratar o jornalismo da saúde como tratamos o jornalismo político ou tentar pautá-lo por diretrizes generalistas. Se na política pode fazer sentido promover a neutralidade num enquadramento baseado no confronto entre perspetivas e opiniões distintas, noutras áreas, como é o caso da saúde, é desejável que exista uma abordagem explicativa “para fornecer aos leitores as informações necessárias para compreenderem o âmbito, a relevância e o potencial impacto da questão nas suas vidas comunitária e pessoal” (Hodgetts et al., 2007, p. 47).

Os princípios da profissão ditam que o jornalista deva manter rígidos princípios éticos e deontológicos, no sentido de se aproximar, tanto quanto possível, dos objetivos desta profissão – a clareza, a isenção e o rigor. Mas os jornalistas não são meros observadores. Por muito que façam da

objetividade um estandarte, a sua imersão na realidade que pretendem reportar mina a pretensão à isenção total. No campo do jornalismo da saúde, a assunção da neutralidade informativa não é necessariamente o melhor caminho para cumprir o derradeiro desiderato do jornalismo – ser alicerce da democracia. Interessará mais legitimar a postura educativa, interpretativa e, por vezes, advocatória que tacitamente a maioria dos jornalistas deste campo tende a assumir (Hinnant & Len-Ríos, 2009).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amend, E. & Secko, D. M. (2012). In the Face of Critique: A Metasynthesis of the Experiences of Journalists Covering Health and Science. *Science Communication*, 34(2), 241-282. <http://doi.org/10.1177/1075547011409952>
- Araújo, R. & Lopes, F. (2014). A Saúde na imprensa portuguesa: que perfil editorial. *Derecom*, 17, 87-99. Retirado de <http://www.derecom.com/numeros/pdf/saude.pdf>
- Azevedo, A. P. (2012). Jornalismo de saúde: novos rumos, novas literacias. *Comunicação e Sociedade* [Número Especial], 185-197.
- Clarke, A. E.; Shim, J. K.; Mamo, L.; Fosket, J. R.; Jennifer, R. & Clarke, A. E. (2003). Biomedicalization: Technoscientific Transformations of Health, Illness, and U. S. Biomedicine. *American Sociological Review*, 68(2), 161-194. Retirado de <http://www.urbanjustice.net/courses/phruc2013/readings/week1/class2/clarke.pdf>
- Furlan, P. (2016). Australian Medical / Health Journalists on the Value of Science-based Education and Training. *Asia Pacific Media Educator*, 26(2), 175-188. doi: <http://doi.org/10.1177/1326365X16669194>
- Hinnant, A.; Jenkins, J. & Subramanian, R. (2015). HEALTH JOURNALIST ROLE CONCEPTIONS Existing and emerging professional identities. *Journalism Practice*, 1-19. doi: <http://doi.org/10.1080/17512786.2015.1053509>
- Hinnant, A. & Len-Ríos, M. E. (2009). Tacit Understandings of Health Literacy – Interview and Survey Research with Health Journalists. *Science Communication*, 31(1), 84-115.
- Hinnant, A.; Len-Ríos, M. E. & Oh, H. J. (2012). Are Health Journalists' Practices Tied to Their Perceptions of Audience? An Attribution and Expectancy-Value Approach Are Health Journalists' Practices Tied to Their Perceptions of Audience? An Attribution and Expectancy-Value Approach. *Health Communication*, 27(3), 234-243. <http://doi.org/10.1080/10410236.2011.578331>

- Hodgetts, D.; Chamberlain, K.; Scammell, M.; Karapu, R. & Waimarie Nikora, L. (2007). Constructing health news: possibilities for a civic-oriented journalism. *Health: An Interdisciplinary Journal for the Social Study of Health, Illness and Medicine*, 12(1), 43-66. <http://doi.org/10.1177/1363459307083697>
- Lopes, F. & Fernandes, L. (2012). À procura de uma vibrante esfera pública da saúde através da análise da imprensa portuguesa. In S. Marinho, T. Ruão, F. Lopes, Z. Pinto-Coelho & L. Fernandes (Eds.), *Olhares Cruzados sobre Comunicação na Saúde: relatório de um debate* (pp. 17-30). Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- Magalhães, O. E. (2012). *Comunicação de Saúde e Fontes – o caso da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Nielsen-Bohlman, L.; Panzer, A. M. & Kindig, D. A. (2004). *Health Literacy: A Prescription to End Confusion*. Washington, D. C.: The National Academies Press. Retirado de <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK216035/>
- Ratzan, S. C. (2001). Health literacy: communication for the public good. *Health Promotion International*, 16(2), 207-214. Retirado de <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/11356759>
- Ruão, T.; Lopes, F. & Marinho, S. (2012). Comunicação e saúde, dois campos em intersecção. *Comunicação e Sociedade* [Número Especial], 5-7.
- Silva, P. A. (2009). *A Saúde nos Mass Media: Representações da Saúde, do Sistema de Saúde e das Políticas Públicas de Saúde na Imprensa Escrita Portuguesa (Análise Longitudinal de 1990 a 2004)*. Tese de Doutoramento, ISCTE-IUL, Lisboa, Portugal. Retirado de <https://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/2831>
- Wallington, S. F.; Blake, K.; Taylor-Clark, K. & Viswanath, K. (2010). Antecedents to Agenda Setting and Framing in Health News: An Examination of Priority, Angle, Source, and Resource Usage from a National Survey of U.S. Health Reporters and Editors. *Journal of Health Communication*, 15(1), 76-94. <http://doi.org/10.1080/10810730903460559>
- World Health Organization (1998). *Health promotion Conferences. Track 2: Health literacy and health behaviour*. Retrieved from <http://www.who.int/healthpromotion/conferences/7gchp/track2/en/>

Citação:

Magalhães, O. E.; Lopes, F. & Costa-Pereira, A. (2017). Qual o papel do jornalismo na literacia da saúde? – estado da arte. In S. Pereira & M. Pinto (Eds.), *Literacia, Media e Cidadania – Livro de Atas do 4.º Congresso* (pp. 251-265). Braga: CECS.